

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA CADEIA DE MANDIOCA NO SUDOESTE DA BAHIA*

**Carlos Estevão Leite Cardoso¹; Anselmo Eloy Silveira Viana²; João Clímaco Filho³;
Armínio Santos²; Marcelo Vieira Matos²; Sandro Correia Lopes²; Izaltiene Rodrigues⁴;
Sandra Pereira de Oliveira⁵**

¹Pesquisador da *Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical*, Caixa Postal 007, 44380-000 Cruz das Almas, BA. E-mail: estevao@cnpmf.embrapa.br; ²Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Caixa Postal 95, 45100-000 Vitória da Conquista, BA; ³Consultor da Fundação Banco do Brasil; ⁴Graduando em Agronomia pela UESB, Presidente da COOPASUB; ⁵Eng. Agrôn. da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, BA.

INTRODUÇÃO

No Estado da Bahia, segundo maior produtor de mandioca do Brasil, a cultura da mandioca ocupa o segundo lugar em valor de produção, ficando atrás apenas da soja. Em 1999 esta cultura foi a maior contribuinte do PIB do agronegócio da Bahia, com a participação de 8,43% do total (Seagri, 2003). A região de Vitória da Conquista, segunda maior produtora do Estado, produziu, em 2003, quase 348 mil toneladas, aproximadamente 9% da produção estadual.

Entretanto, mesmo considerando-se a importância da mandiocultura para o País e para o Estado da Bahia, a cadeia produtiva enfrenta vários e sérios problemas, tanto no âmbito estadual, como na região de Vitória da Conquista. Nessa região a cultura é explorada, principalmente, por pequenos produtores, descapitalizados, com acesso difícil ao crédito e à assistência técnica, e que utilizam técnicas tradicionais de cultivo. Nessas condições, a produtividade média é de 12 t/ha, abaixo da média nacional (13,4 t/ha) (IBGE, 2005) e extremamente reduzida quando se considera o potencial da cultura, que é de 90 t/ha, segundo Cock (1990).

Existem sérios problemas ambientais, resultantes do desgaste do solo, da derrubada da mata nativa, da queima de lenha durante o beneficiamento e da falta de tratamento de resíduos. A comercialização é um dos itens que mais contribuem para desestimular os produtores, que, em sua quase totalidade, ficam a mercê dos atravessadores, sem ter outra alternativa para escoar a produção. Isso é decorrente da governança inadequada presente na cadeia.

Diante destas constatações está sendo implementada uma proposta que tem como objetivo geral promover a inclusão social sustentável das populações que exploram unidades

* *Esse trabalho está sendo financiado com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB).*

domésticas e/ou familiares instaladas na região Sudoeste da Bahia, que têm na cultura da mandioca sua base de sustentação econômica e social.

METODOLOGIA

Para atingir esse objetivo foi estimulado que essas populações se organizassem em entidades associativas, pautadas na prática de uma economia solidária e na adoção dos princípios do autêntico cooperativismo.

O arcabouço metodológico utilizado neste trabalho parte do princípio de que o processo de desenvolvimento econômico apresenta, cada vez mais, interdependência entre os diferentes setores produtivos da economia (visão sistêmica). Nesse sentido, a agricultura não pode mais ser abordada de maneira dissociada dos outros agentes responsáveis pelas atividades de produção de insumos, de transformação, de distribuição e de consumo de alimentos e matérias-primas. A abordagem sistêmica é importante, porque não basta aos agentes de uma cadeia serem eficientes na utilização dos recursos; é necessária também, orientação para o mercado, ou seja, atender as demandas atuais e potenciais. Por outro lado, atender à demanda, sem que os segmentos e agentes da cadeia sejam eficientes, tornará a competitividade insustentável num futuro próximo (Cardoso, 2003).

As ações deverão abranger todas as fases do processo produtivo, incluindo, especialmente, as fases de beneficiamento e transformação, visando assim propiciar agregação de valor ao produto final, na expectativa de que os segmentos iniciais do processo produtivo possam se apropriar da renda gerada no processo.

Esta proposta vem seguindo as referências metodológicas recomendadas pela Fundação Banco Brasil (FBB) para atuar em cadeias produtivas envolvendo populações pobres. As bases orientadoras dessa metodologia são: a) desenvolvimento sustentável e solidário; b) geração de trabalho e renda envolvendo populações pobres; c) empreendimentos econômicos solidários e autônomos; d) valorização e sistematização das experiências existentes e parcerias com multiatores (FBB, 2004).

A construção do conhecimento nesta proposta será alimentada e desenvolvida por uma sistematização e análise das experiências, num processo permanente de retroalimentação e qualificação dos planejamentos estratégicos.

As ações previstas na proposta estão sendo desenvolvidas na região de abrangência de Vitória da Conquista, formada pelos seguintes municípios: Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Cândido Sales, Belo Campo, Tremedal, Piripá, Condeúba, Anagé, Caraíbas, Poções, Planalto e Barra do Choça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados desse processo destacam-se:

a) A criação de um comitê técnico nacional liderado pela FBB e formado pelas instituições parceiras (Embrapa, Petrobrás, Sebrae Nacional e Unitrabalho) que, formulam e definem as principais diretrizes da proposta.

b) A criação de um comitê técnico local também liderado pela FBB e formado pelas seguintes instituições parceiras: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, Articulação do Semi-Árido (ASA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Instituto Mata de Cipó, Sebrae (Agência de Vitória da Conquista), Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Prefeitura Municipal de Cândido Sales e Prefeitura Municipal de Tremedal.

Os comitês (nacional e local) vêm dando apoio integrado ao processo, no sentido de propiciar o acesso ao conhecimento técnico profissional qualificado e viabilizar as parcerias apropriadas para potencializar o sucesso da proposta. A estruturação das parcerias nacional e local, de forma a reunir as diferentes competências públicas e das organizações sociais, tem potencializado as ações reduzindo os custos para a sociedade.

c) A criação, em maio de 2005, da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia (Coopasub), a qual conta com a participação de agricultoras e agricultores familiares dos 13 municípios citados anteriormente.

d) A formulação de um projeto que contempla três eixos básicos: a) transferência, ajuste, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de manejo ambiental, produção agrícola, processamento e comercialização; b) infra-estrutura de produção agrícola, de processamento e de apoio à comercialização de produtos derivados do processamento da mandioca e c) capacitação. Esse projeto prevê investimentos da ordem de 12 milhões de reais a serem aplicados nos próximos 3 anos.

CONCLUSÕES

As ações desenvolvidas até o momento têm demonstrado que é possível articular as competências públicas e privadas e as organizações sociais que atuam no âmbito nacional e local para a construção de projetos que atendam aos interesses dos pequenos agricultores familiares e possam promover a inclusão social sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pequenos agricultores familiares que fazem parte da Coopasub e à Superintendência do Banco do Brasil de Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, C.E.L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**. Piracicaba: 2003. 188p. (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/Universidade de São Paulo – Tese de Doutorado).

COCK, J. H., FRANKLIN, D., SANDOVAL, G., JURI, P. The ideal cassava plant for maximum yield. **Crop Science**, v. 19, p.271-279, 1979.

FBB. **GT/CADEIAS PRODUTIVAS/FOME ZERO**: referências metodológicas para atuação em cadeias produtivas envolvendo populações pobres (4ª. Versão 18/08/03). Fundação Banco do Brasil/Banco do Brasil - SEBRAE Nacional – Rede UNITRABALHO, Brasília: 2004. 14p.

SEAGRI. **Conhecendo a agricultura baiana**: da unidade produtiva ao PIB do agronegócio. Salvador: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, 2003, 57p.